

Mamigonian, Armen. **Qual o futuro da América Latina?**

Capítulo do livro: Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mônica Arroyo (org.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.

www.clacso.org.ar

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

QUAL O FUTURO DA AMÉRICA LATINA?

ARMEN MAMIGONIAN*

O século XIX foi o século da Europa, enquanto os EUA e a URSS dividiram a cena mundial no século XX. A China, a Índia, o Brasil e outros países emergirão como potências no século XXI? Se a Ásia já se destaca atualmente com nitidez, cabe perguntar: qual o futuro da América Latina?

1

Às vésperas da independência e ao longo do século XIX, a América Latina despertou o interesse intelectual e político de europeus e norte-americanos. Deve-se enfatizar a importância da viagem de A. von Humboldt à América colonial espanhola (1799-1804), como base fundamental de conhecimentos empíricos para a criação da moderna geografia dos nossos dias (Cosmos), inclusive com o lançamento dos alicerces da geografia humana, ao escrever os livros sobre o México (Nova Espanha) e sobre a ilha de Cuba, cujos geógrafos consideraram seu segundo descobrimento. Nem sempre os olhos europeus nos fitaram com curiosidade, e às vezes até com mortal condenação racista, como ocorreu com o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), do Conde de Gobineau. Além disto foram precoces as manifestações proto-imperialistas dos EUA, como no caso da doutrina de Monroe (1823).

A visão de europeus e norte-americanos sobre a América latina teve fases de agradável surpresa, como ocorreu nos anos 40 e 50 do século XX. Em 1941 Stefan Zweig, intelectual europeu recém instalado no Brasil, chocado com as destruições que o nazismo causava à Europa, surpreende-se com o país que o havia acolhido carinhosamente, publicando *Brasil, país do futuro*. Naqueles anos, como parte da “Política de boa vizinhança” de F.D. Roosevelt, o cineasta Orson Welles filmava cenas brasileiras e latino-americanas, externando seu deslumbramento (*It's all true*). Em 1951, em viagem pelo Brasil, Albert Camus mostrou-se muito simpático com os brasileiros (*Diário de viagem*) e de volta à França assistiu apresentação musical de Villa-Lobos em Paris, a quem fez questão de cumprimentar, por intermédio de C. A. de Figueiredo Monteiro, então bolsista na França.

A expectativa com o destino do Brasil externada pelos intelectuais estrangeiros citados, coincidiu com o otimismo contido nos livros de G. Freyre, S. Buarque de Holanda e Caio Prado Junior da década de 30, que substituiu o pessimismo dos intelectuais brasileiros anteriores à Revolução de 30, como aparecia em Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), entre outros. Passava-se a ver de maneira positiva a miscigenação, a cordialidade e as mudanças lentas, graduais e seguras. Assim, também no México a consolidação revolucionária criou um ambiente de alta criatividade cultural. Tudo indica que os estrangeiros visitantes sentiam na América Latina um sopro de vida, que estava escasseando na Europa e mesmo nos EUA. Aliás, esta perda de vitalidade na Europa não era nova: além de criticá-la no final do século XIX, Nietzsche acabou sucumbindo a ela, enveredando pela loucura, como assinalou M. Vieira de Mello (Nietzsche, o Sócrates de nossos tempos).

Na verdade, as guerras mundiais deram continuidade e maior intensidade à crise da sociedade burguesa européia, na qual a contínua mercantilização conduziu à gradativa perda de vida espiritual. Os europeus foram sentindo a força do crescente aprisionamento que a sociedade

* Professor do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.

lhes impunha e a crescente perda de liberdade individual interior, como testemunhavam as peças teatrais de J. P. Sartre (*Huis-clos*, etc.) e depois os textos de M. Foucault (*Surveiller et Punir*) sobre a “sociedade carcerária” em expansão, que aliás pecaram por não apontar os sujeitos sociais responsáveis. Assim como havia acontecido com Nietzsche, o ambiente social foi se tornando intolerável para os espíritos mais sensíveis, como W. Benjamin, S. Zweig e A. Camus, até porque os contatos com os países menos mercantilizados (Brasil, por exemplo), comprovavam a existência de lugares mais saudáveis.

Por outro lado, até os anos 40 do século XX o Brasil (e toda América Latina) era visto como um “país novo” e, portanto dinâmico, com futuro pela frente. Depois disto esta imagem foi substituída por aquela de país subdesenvolvido, condenado a um destino duvidoso e talvez subalterno (M. Vieira de Mello: *Desenvolvimento e cultura: o problema do esteticismo no Brasil*). Na verdade, as duas imagens não se excluem e devem ser trabalhadas conjuntamente, se quisermos encontrar os caminhos para enfrentar os problemas presentes.

2

No período depressivo do ciclo longo mundial da primeira metade do século XX (1920-1948), abriram-se novas possibilidades de dinamização da América Latina. Com a crise de 1929-1930 e a brutal queda das importações européias e norte-americanas de nossos produtos, o continente passou a viver brilhante fase de “crescimento para dentro”, na feliz expressão de Raul Prebisch, grande economista argentino, mais tarde fundador do CEPAL.

Naquela época a autonomia latino-americana foi ampliada por causa do enfraquecimento das classes agro-exportadoras ligadas ao imperialismo industrial inglês decadente e pela chegada ao poder das classes sociais voltadas ao desenvolvimento endógeno (latifundiários e industriais ligados aos mercados internos nacionais), com o apoio do imperialismo financeiro norte-americano, resultando no processo generalizado de substituição industrial de importações, mais rápido no Brasil e mais lento na Argentina, ainda vinculado à Inglaterra.

Um amplo arco de interesses nacionalistas, mobilizado por uma aliança política populista, prevaleceu no continente de 1930 a 1980, com experiências muito ricas em: 1) planejamento e financiamento econômico, como a CORFO no Chile (1939), o BNDE no Brasil (1952), a Corporação de Fomento Andino mais tarde. Diga-se que o pioneirismo da CORFO aproveitou uma antiga experiência mexicana da primeira metade do século XIX, o Banco de Avio, financiador da indústria têxtil daquele país; 2) órgãos de pesquisa em diferentes níveis e setores, como a CEPAL, universidades como a UNAM e a USP, pesquisas agrícolas como a EMBRAPA, etc; 3) implantação e expansão de grandes empresas estatais em várias áreas estratégicas, como a de petróleo: YPF, PEMEX, PETROBRÁS, PDVSA, etc.

Todos estes avanços extraordinários surpreenderam e desgostaram os porta-vozes neoliberais do imperialismo, como E. Gudín no Brasil, A. Alsogaray na Argentina, entre outros, saudosos dos “velhos tempos”. Nos anos 30, 40 e 50 do século XX, a América Latina tornou-se o continente mais dinâmico do Mundo (Ásia e África continuavam coloniais e semicoloniais) e seu atraso em relação ao centro do sistema diminuiu grandemente, antes de começar a ser estrangulada financeira e comercialmente pelo imperialismo norte-americano após 1980, na conjuntura depressiva iniciada com a chamada crise do petróleo, que deixou a superpotência desnordeada de 1973 a 1980, até o governo R. Reagan quando começou a política de resposta agressiva à nova realidade mundial (I. Rangel: *Economia, milagre, antimilagre*).

3

A reação nacionalista latino-americana, acima descrita, não ocorreu gratuitamente e sem atritos. Após a vitória da Revolução de 1930 no Brasil, os neoliberais tentaram voltar ao poder em 1932 e conseguiram em 1945 afastar G. Vargas, com apoio norte-americano, assim como levaram-no ao suicídio em 1954. Entretanto, G. Vargas havia cumprido, como J. D. Peron na Argentina, seu papel de patrono da industrialização nacional.

Igualmente o Brasil deve à liderança de G. Vargas a implantação de órgãos de pesquisa, como o IBGE, a FGV, o CNPq, assim como a consolidação da CEPAL, em conjunto com outros líderes políticos latino-americanos. No Brasil o ambiente de produção intelectual se tornou efervescente em todos os setores, mesmo no período ditatorial (1937-1945) e no caso da geografia não só se introduziu o ensino e a pesquisa do que havia de mais moderno no Mundo, como foi surgindo uma geração excepcional, a começar pelo fato de que C. Prado Jr. ao escrever sobre o sítio e a situação da cidade de São Paulo, foi um dos pioneiros da geografia marxista no mundo, em plena década de 30. Deve-se dizer, no caso da geografia, que Aziz Ab'Sáber e M. Santos foram os maiores discípulos à escala mundial de J. Tricart, assim também O. Valverde em relação a L. Waibel. Podemos acrescentar como nomes consagrados internacionalmente C. A. de Figueiredo Monteiro, J. J. Bigarella, M. Correia de Andrade, entre outros. Enquanto isto, a geografia entrava em crise na Europa, como mostrou o aparecimento da chamada “quantitativa”, pobre como técnica e como visão de mundo e que teve curtíssima duração no Brasil, graças ao espírito crítico existente.

Na Europa e nos EUA não se tratava apenas da crise da geografia, mas de uma crise intelectual generalizada. H. Bloom (A angústia da influência) apontou o começo da crise na primeira metade do século XIX, assim como Nietzsche dedicou sua vida a indicar os descaminhos da cultura européia. Na França, antes de J.P. Sartre e M. Foucault, já em 1932 P. Nizan (Les chiens de garde) mostrou que a intelectualidade, como consciência da sociedade, perdia espaço. Intelectuais como V. Hugo ou E. Zola, que buscaram a verdade, acima de quaisquer interesses, estavam relegados ao passado, pois a independência ia sendo substituída pelas conveniências e iam nascendo os mandarins e burocratas das universidades e academias. Atualmente muitos se rebaixam à condição de simples ideólogos e outros à reles propagandistas, com acesso fácil à mídia de aluguel, naturalmente.

A reação agressiva dos EUA à sua decadência econômica e política revelada pela crise de 1973 tratou de mobilizar seus “intelectuais” à elaboração das falácias sobre “globalização” (Micklethwait e Wooldridge: Os bruxos da administração) e sobre neoliberalismo de exportação. Comparando com os intelectuais europeus e americanos que nas décadas de 40 e 50 demonstravam simpatias pela América Latina, como assinalamos anteriormente, a nova onda de intelectuais dos anos 90 aproveitou o processo de cooptação a que foram submetidos nos “trinta anos gloriosos” de crescimento econômico do capitalismo central, a queda da URSS, o peso das dívidas públicas que fragilizava nossos países, o patrocínio generoso dos seus patrões e passou arrogantemente a nos “ensinar” a sermos submissos ao FMI.

Apoiando ex-marxistas arrependidos (Vargas Llosa, FHC e outros), bem engordados pelas fundações Ford e outras, fomos invadidos por uma onda de ex-marxistas europeus. No caso da geografia o auge da desfaçatez da tentativa de recolonização de nossa ciência e da função de “cães de guarda” dos interesses imperialistas, ocorreu no VI EGAL em Buenos Aires (1997), quando a Argentina era o país mais saqueado do mundo, como demonstrou o filme de F. Solanas (Memoria del saqueo). Apesar da conivência dos organizadores do encontro, o cinismo foi desmascarado vigorosamente por Milton Santos. Mas os neoliberais estrangeiros e seus comparsas internos não desistiram, como provou a reunião da AGB de João Pessoa (2002). D.

Harvey tem insistido na perda de validade da relação centro-periferia como conceito explicativo, “esquecendo-se” que o centro do sistema capitalista detém o monopólio do capital financeiro, o principal agente da exploração imperialista. H. Capel e J. Lévy nos sugeriram a desvinculação dos fantoches latino-americanos (Menen, Fujimori, FHC e outros) de Bush e Wall Street. O. Dollfus veio nas aconselhar a privatizar a estatal de telecomunicações do Brasil, a dinâmica Telebrás. Não caberia a estes intelectuais a crítica de P. Nizan? Cães de guarda da ordem imperialista, ou não?

4

A aceitação dos “conselhos” do FMI, do Banco Mundial, dos intelectuais do centro do sistema e outros conduziu a América latina aos piores desastres. O mais elogiado de todos os governos (Menen), levou a Argentina à destruição da sua economia e ao aumento da pobreza e da miséria. Mas à medida que os argentinos assumiram o seu destino, após a crise de 2002, o crescimento econômico voltou. Aliás, Argentina e Chile passaram já nos anos 1970 por precoces experiências neoliberais, impostas pelo imperialismo, com o apoio dos seus aliados internos (R. Villareal: A contra-revolução monetarista).

Assim, a Argentina viveu brutal e destruidora experiência neoliberal durante a ditadura do general Videla (1976-1983), quando chegou a importar até pão-de-forma da Índia, como o Brasil importou suco-de-laranja do Canadá, com o plano Real (1995). Aliás, os experimentos neoliberais na Argentina são antigos, datando da primeira queda de J. D. Perón, nos anos 1950, durante a ditadura do general Onganía. Também precoces foram as experiências neoliberais do Uruguai. O Chile, que havia vivido décadas de rica experiência de desenvolvimento e democracia, foi envolvido pelos EUA em sangrento golpe militar (1973), que implantou uma ditadura neoliberal e destruidora.

Depois de uma fase neoliberal radical (1973-1982), o Chile se livrou dos Chicago-boys e voltou a crescer, estruturando a partir de iniciativas estatais uma economia mais sólida. As previsões do crescimento do PIB chileno para 2005 giram em torno de 6,5%. Curiosamente os países que se livraram recentemente do domínio imperialista registram previsões maiores, como a Argentina (8,0%) e a Venezuela (11,1%), enquanto os que se subordinam ao imperialismo registram previsões menores, como o México (3,1%), a Colômbia (3,6%), o Brasil (3,9%) e o Peru (4,6%), conforme The Economist.

5

Em decorrência da crise mundial de 1929-30, o Chile passou a crescer industrialmente, reforçado no final dos anos 30 pela criação da CORFO, órgão de planejamento e financiamento, que permitiu o surgimento de empresas estatais do aço (CAP), do petróleo (ENAP) e da eletricidade (ENDESA). A indústria têxtil se expandiu e mais tarde a de bens de consumo duráveis, mas importantes serviços públicos (ITT), e a extração de cobre (Anaconda e Kennecot) continuavam em mãos norte-americanas. Os estudos da CORFO apontaram o setor de cobre como problemático para os destinos do Chile: 1) estando em mãos estrangeiras, o setor exportava parte da poupança interna chilena para o exterior, 2) o cobre era fortemente sujeito às oscilações do mercado mundial e 3) as exportações de cobre tinham um peso excessivo no conjunto da economia nacional. No final dos anos 60 o governo Eduardo Frei iniciou a “chilenização” do cobre e restabeleceu relações diplomáticas com os países socialistas, em busca de novos

mercados. A nacionalização foi completada no governo Allende (L. Moulian e G. Guerra: Eduardo Frei 1911-1982).

O golpe militar de 1973 implantou o terror e o neoliberalismo. Interrompeu as reformas democráticas e antiimperialistas que vinham sendo feitas nos governos de Frei e Allende. A industrialização foi brutalmente interrompida: a produção de fios de algodão sofreu queda de mais de 50% de 1974 (22 mil toneladas) a 1990 (10 mil toneladas). Na Argentina estagnou de 89 mil toneladas para 105 mil toneladas em 1990, enquanto cresceu 400% no Brasil (152 a 607 mil toneladas) e 200% na Colômbia (28 a 82 mil toneladas).

As quedas das alíquotas de importação e do dólar provocaram grande invasão comercial estrangeira, desindustrialização e desemprego, paralelamente às primeiras privatizações. Os déficits comerciais passaram a subir rapidamente, “compensados” pela entrada de dinheiro estrangeiro na bolsa de Santiago, atraído pelos juros altos e aumento acelerado da dívida externa. A situação foi se tornando insustentável diante da crise de 1981-82 até que os Chicago-boys foram substituídos pelos “pragmáticos” e a paridade cambial, com o dólar sub-valorizado foi abandonada e a moeda chilena passou por sucessivas desvalorizações nos anos 1980.

As destruições teriam sido maiores se não tivessem sido iniciadas, antes do golpe de 1973, as diversificações indicadas pela CORFO de aproveitamento de recursos naturais ociosos, com planejamento e financiamento governamentais, e que o regime militar deu continuidade: 1) ampliação das atividades pesqueiras; 2) expansão da viti-vinicultura nos vales centrais; 3) implantação da fruticultura na região semi-árida ao sul do deserto de Atacama; 4) extração de madeira nas florestas meridionais e 5) desenvolvimento de recursos minerais além do cobre (A. Pinto: As raízes do experimento ortodoxo chileno).

A pesca e a fruticultura criaram novas regiões econômicas no Chile. A pesca de enchovas no litoral norte de 214 mil toneladas em 1955 aumentou consideravelmente para 1.180 mil toneladas em 1970 e cresceu até o limite das possibilidades naturais do 6.000 mil toneladas em 1991, tornando o Chile um dos grandes países pesqueiros do mundo. Mas o importante é que a piscicultura entrou nos objetivos econômicos nacionais e a introdução do salmão nos rios do sul, tornou o Chile um grande exportador mundial. Já a região semi-árida ao sul do deserto de Atacama desenvolveu importante fruticultura e horticultura. Com as vantagens do clima seco, e, portanto isento de infecções biológicas, e grande uso de irrigação, as frutas cítricas saltavam de 16 mil toneladas em 1955 para 82 mil em 1970, 93 mil em 1978 e 210 mil em 1991. Mas a diversificação se estendeu para tomates, uvas, pêssegos, etc, exportados, aproveitando o inverno do hemisfério norte.

A região central do Chile, tradicional produtora de vinhos, polarizada por Santiago (V, VI e VII regiões chilenas) com estímulo da CORFO, se tornou uma das maiores áreas viti-vinícolas do mundo, com crescente inserção mundial e em contínua expansão geográfica para o norte e para o sul. Neste processo, as famílias tradicionais (Cousiño, Concha y Toro e outras), foram superadas pelos novos empresários, como os Guilisasti, os maiores acionistas da Concha y Toro, que opera com 50% de vinhedos próprios (4.400 ha), inclusive na Argentina (Mendoza) e exporta metade da produção, principalmente para a Europa e os EUA.

Além da produção vinícola, a mineração de cobre foi outra das atividades tradicionais do país a receber a alavancagem da CORFO. Após 1973 militares nacionalistas impediram a privatização da ENAP (petróleo) e da CODELCO (cobre), mesmo na segunda grande onda de privatizações (1985-89), dado o caráter estratégico que representavam. A Codelco se tornou a maior empresa mundial de cobre e a produção chilena cresceu acima da média mundial: 1) de 13,8% da produção de concentrados (EUA 15,3%) em 1980, atingiu 22,2% (EUA 19,3%) da produção mundial em 1993, assim como suas exportações saltaram de 20,7% (Canadá 12,3%) em

1980, para 37,2% (Canadá 11,7%) do total mundial em 1993, destinados em maior parte à Europa ocidental e ao Japão, 2) na produção de cobre refinado o Chile saltou do 4º ao 2º lugar, de 1980 a 1993: 8,8% (EUA 18,2%) para 11,1% (EUA 19,7%), conforme M. Vera Valezuela (El cobre en el centro de la política).

Mesmo com o vigoroso aumento da produção de cobre metálico de 647,4 mil toneladas em 1970 para 1.328,5 mil toneladas em 1990, as exportações de cobre caíram de 80% das exportações totais chilenas em 1975 para 45,7% em 1990, até porque a própria produção mineral e metálica foi diversificada (molibdênio, lítio, ouro, prata, zinco, etc.), sem falar das diversificações em pescados, frutas, vinhos e madeiras.

Apesar de ter um parque florestal natural importante na sua parte meridional (de Concepción de Puerto Montt), o Chile não aproveitava esta riqueza até 1950-60. O planejamento e os incentivos governamentais, acima referidos, mudaram radicalmente a situação. A área foi transformada em gigantesca região de exploração florestal e exportadora para a Europa e o Japão, com serrarias, plantas industriais de celulose e papel e implantação de gigantescos reflorestamentos, principalmente de *Pinus radiata*, que no seu lugar de origem, a Califórnia, se torna bom para corte com 20 anos de idade e no Chile pode ser aproveitado com 15 anos. O dinamismo do setor levou as empresas chilenas a estender suas atividades à Argentina (Misiones) e ao Brasil meridional.

Os reacionários têm interesse em apontar o Chile como exemplo de êxito neoliberal. Nada mais distante da realidade: o principal fator da transformação do Chile em economia sólida, mas cheia de desigualdades e problemas, foi a política governamental de planejar e financiar a diversificação das exportações, mesmo antes do golpe de 1973. O processo é semelhante ao modelo japonês do período Meiji de criação dos zaibatsus: Angelini, Luksic, Matte e outros conglomerados bilionários emergiram no bojo dos setores alavancados (pescado, madeiras, minérios, etc.) e depois foram privilegiados com as privatizações de 1985-89, se associando com multinacionais norte-americanas e europeias. Não surpreendeu que em 1996 dos 10 maiores grupos privados latino-americanos, 4 tenham sido brasileiros, 3 mexicanos, 2 chilenos e 1 argentino (H. Fazio: Mapa atual de la extrema riqueza en Chile).

6

A experiência econômica do Chile, naquilo que tem de positiva, não pode ser transferida facilmente para os países latino-americanos de grande porte, como o Brasil, o México e a Argentina. A indústria chilena antes de 1973, que foi seriamente desmantelada pela política neoliberal dos Chicago-boys, representava apenas 25% de um PIB reduzido e sua destruição pôde ser compensada pelos novos setores primário-exportadores. O uso de recursos naturais tem importância muito maior nas exportações dos países pequenos, como Venezuela (petróleo), Cuba (açúcar), Bolívia (estanho e gás), etc, apesar de que mesmo o Brasil e a Argentina tiraram proveito, nas últimas décadas, da abundância de terras e condições climáticas favoráveis e se tornaram o 2º e 3º maiores exportadores de soja do mundo, após os EUA, com quem concorrem. O fato é que o Chile começava a sair da crise do modelo neoliberal de desindustrialização em meados dos anos 80 e iniciava nítido crescimento econômico, consolidado nos anos 90, quando México, Argentina e Brasil, fortemente industrializados, mergulhavam na experiência que havia afundado o Chile de 1973 a 1982.

A derrota do nacional-desenvolvimentismo, vigente de 1930 a 1980 na América latina se deu, em grande medida, por pressão do governo Reagan (1980-88), visando obter no nosso continente duas vantagens simultâneas: 1) pagamento draconiano dos juros das dívidas externas,

favorecendo bancos e 2) abertura dos mercados internos, a pretexto de livre-comércio e de combate à inflação, favorecendo as empresas industriais e de serviços do centro do sistema, sobretudo norte-americanas.

No México, durante o triênio 1992-94, o déficit da balança comercial foi de US\$48,4 bilhões devido à enxurrada de importações, o crescimento econômico ficou nos insuficientes 2,2% ao ano, desembocando na crise financeira de 1995, com queda de 4,0% do PIB. No mesmo ano, 1995, o FMI iniciava no Brasil seu Plano Real (FHC): ao invés de saldo positivo de 1,5 bilhão nas transações totais com o exterior em 1987, tivemos dez anos depois déficit de US\$ 36,7 bilhões em um único ano (1997), sendo US\$ 8,4 bilhões na balança comercial e US\$ 27,3 bilhões na balança de serviços (juros, royalties, viagens, etc), a pretexto de “conter a inflação e estimular a concorrência”, incluindo importações de banana (Equador), suco de laranja (Canadá), côco (Tailândia), etc.

É bom lembrar que no México, no Brasil e na Argentina, além de outros países latino-americanos submetidos à tamanha sangria, as dívidas externas não pararam de aumentar. E relembrar que, naquele momento, intelectuais europeus assistiam alegremente firmas francesas, inglesas, alemães, espanholas, portuguesas, etc, participarem do banquete das privatizações e das aquisições de firmas latino-americanas levadas à falência.

Enquanto os EUA impunham medidas neoliberais ao Mundo, praticaram para uso interno uma combinação de políticas keynesianas (corrida armamentista, etc) e neo-liberais (relações trabalhistas, etc). A brutalidade das medidas neoliberais na América Latina levou ao aumento da pobreza e da miséria, até atingir níveis insuportáveis, como sugerem as estatísticas:

Percentual médio do PIB anual per capita, ajustado pela inflação

Ano	América Latina	Ásia	Europa oriental e Ásia Central	Países industrializados
1981-90	0,6%	4,8%	1,2%	2,5%
1991-97	2,5%	6,5%	0,7%	1,4%
1998-03	-0,1%	4,8%	2,6%	1,8%

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Enquanto o modelo industrial-exportador do Japão do período Meiji foi sendo imitado na Ásia após a segunda guerra mundial, inicialmente por Hong-Kong, seguido rapidamente por outros “tigres” e finalmente pelo “dragão” chinês, na América Latina o peso crescente da dívida externa levou os credores a forçarem a abertura dos mercados nacionais do continente à exploração imperialista dos mercados consumidores, dos recursos naturais, dos trabalhadores; isto é, a uma inserção passiva à economia mundial, ao contrário da inserção ativa dos asiáticos.

Depois de duas décadas perdidas para a América Latina, o modelo neoliberal imposto pelos EUA esgotou-se num grande desastre econômico-social. Nos anos 1998-2003 as mobilizações, os protestos e as revoltas populares se traduziram em resultados eleitorais, que levaram à ascensão de governos nacionalistas na Venezuela e na Argentina, em nítida ruptura com o imperialismo. O exemplo de Cuba, de sobrevivência à queda da URSS e de resistência antiimperialista, sob a liderança do Partido Comunista e do povo cubano, foi um grande estímulo à reação nacionalista latino-americana.

O comandante Fidel Castro percebeu no final dos anos 1980 que Gorbachev era um simples aprendiz de feiticeiro e tratou de diversificar as bases da economia cubana: 1)

aproveitamento do potencial turístico (condições naturais, cultura afro-cubana, experiência socialista), estabelecendo joint-ventures com redes hoteleiras européias, 2) uso das terras e trabalhadores ociosos em decorrência da queda das exportações de açúcar, visando a produção de cultivos alimentares, inclusive nas terras militares e com os soldados, 3) ampliação das atividades de pesca, produção de charutos, biotecnologia e pequenos comércios e serviços privados, provando mais uma vez que era possível manter e reforçar a independência frente ao imperialismo norte-americano.

7

A Venezuela era um dos países mais pobres da América Latina até início do século XX. Com a descoberta do petróleo e sua exploração pelas multinacionais (Shell, etc), houve grande surto de crescimento, que foi estimulado por uma repartição de rendas e lucros, que sob pressão venezuelana, ampliava a parte nacional. Após 1950 o país iniciou um processo de substituição de importações (siderurgia, cimento, etc), que alcançou a produção de tubos de aço para oleodutos e gasodutos e enveredou também por uma política de diversificação de exportação, com exploração de jazidas de gás natural e a produção de alumínio, que atingiu a faixa de 600 mil ton. em 1990, tornando o país o 5º exportador mundial. Para isto construiu durante muitos anos a hidrelétrica de Guri (10 MW), uma das maiores do mundo.

Entretanto as maiores riquezas da Venezuela são e serão por muito tempo o petróleo e o gás natural. O país está em posição confortável, já que produz 4,2% do total mundial de petróleo e detém 6,1% das reservas, enquanto a Rússia produz 11,2% do mundo, mas tem reservas de apenas 4,7%, os EUA têm 9,6% da produção mundial e somente 1,8% das reservas mundiais e o México extrai 5,3% da produção mundial e detém 1,2% das reservas. Igualmente no gás natural a presença da Venezuela tende a crescer: detendo hoje 1,1% da produção mundial (19ª posição), o país tem 2,3% das reservas (9ª posição), as maiores de toda a América Latina. No bojo da crise mundial de petróleo (1973) e da reação dos países exportadores (OPEP), frente ao domínio do cartel das “Sete irmãs”, a Venezuela nacionalizou o setor petrolífero em 1976 e assim nasceu a PDVSA, que aproveitou os altos preços internacionais e adquiriu refinarias nos países consumidores, como a Citgo, que tem 8 plantas nos EUA, responsável por 15% do refino norte-americano e cujo patrimônio é avaliado em US\$ 10 bilhões, com faturamento anual de US\$ 25 bilhões.

O período de vacas gordas se esgotou com a queda dos preços do petróleo ao longo dos anos 80, acrescido do endividamento externo pela construção da usina Guri (23 anos de construção), da siderurgia, etc e da privatização neoliberal, que multiplicou o desemprego. Além disto, a riqueza do petróleo que chegava parcialmente até o povo venezuelano, passou a minguar pela diminuição deliberada dos recursos fiscais destinados ao governo e devidos pela PDVSA, que foi se tornando um grande feudo das classes dominantes parasitárias e da própria burocracia da empresa (L. E. Lander: Petróleo e democracia na Venezuela). A crescente polarização entre privilegiados de um lado e pobres e miseráveis, cada vez mais numerosos, em decorrência da política neoliberal imposta à Venezuela e a noção da existência de grandes riquezas naturais, que sustentavam somente os privilegiados nacionais e estrangeiros, acabou levando à vitória eleitoral de Hugo Chavez, que deu início às reformas políticas (Constituição bolivariana) e as propostas econômico-sociais (leis habilitantes) referentes aos hidrocarbonetos, à reforma agrária, às cooperativas e à pesca, que sofreram forte resistência das oligarquias e da burocracia da PDVSA. Mas, a política educacional gratuita, incluindo a alfabetização de adultos, a multiplicação de postos de saúde nas favelas de Caracas e nas zonas rurais, com a presença de 15 mil médicos

cubanos e o início da reforma agrária, com a distribuição de mais de 100 mil lotes aos camponeses, garantiram o apoio popular ao governo, frente às investidas reacionárias e fascistas (G. Maringoni: A Venezuela que se inventa).

O governo venezuelano foi impondo a soberania nacional na política econômica: 1) estabeleceu o controle do câmbio desde 2003, quando desvalorizou o bolívar pela primeira vez e voltou a desvalorizá-la em 10,7% em março de 2005, ao contrário do que fazem a maioria dos países latino-americanos, como o Brasil e o México, cujas moedas se valorizaram frente ao dólar, diminuindo os saldos comerciais, 2) tomou medidas de recompra dos títulos da dívida de curto prazo (até 2007) e emitiu novos títulos de longo prazo, 3) realizou empréstimos junto do BIRD para custear investimentos sociais e em infra-estruturas, totalizando US\$ 2 bilhões em dois anos e 4) adquiriu títulos da dívida pública argentina. O vitorioso referendo democrático (2004), que confirmou o mandato presidencial de Hugo Chavez, aumentou a legitimidade internacional do regime e ampliou as relações internacionais da PDVSA, sobretudo com a América Latina, definindo uma política petrolífera mais audaciosa: 1) revisão de mais de 30 contratos operacionais com empresas estrangeiras de petróleo assinadas desde 1990, 2) ampliação do fornecimento de petróleo para a América Central e para Cuba, como contrapartida dos serviços médicos prestados, 3) fornecimento, por empréstimo, das quotas de exportação de petróleo do Equador, que passou por dificuldades de honrar seus compromissos, 4) proposta para ajudar a dobrar a capacidade de refino do Uruguai e de Cuba, 5) proposta à Petrobrás de construção de refinaria no Recife e de gasoduto cortando o Brasil de norte a sul até Buenos Aires e Montevideo, com conexão no norte até Fortaleza e 6) planejamento de futuras exportações de petróleo à China, diminuindo sua dependência do mercado norte-americano.

8

Não se pode dizer que as experiências nacionalistas recentes da Venezuela e da Argentina estejam consolidadas definitivamente, pois as forças imperialistas são muito fortes, sem esquecer as numerosas incorporações nos setores populares de cada país. Em todo caso, parece que a Venezuela aceitou menos passivamente a implantação das políticas neoliberais, como demonstraram as explosões populares em Caracas em 1989 e a revolta militar de 1992, sob liderança de Hugo Chavez. A aceitação da idéia de livre-comércio é muito antiga e forte na Argentina (J. Paradiso: A Argentina e a busca de identidade internacional) e a inflação galopante do final dos anos 1980 facilitou a implantação do neoliberalismo radical, a obediência cega ao FMI até o desastre da inadimplência argentina, que obrigou a decretação da moratória em 2002.

A Argentina não havia crescido tanto quanto o Brasil na fase de substituição industrial de importações latino-americanas (1930-1980), mas mesmo assim, nos anos 1960 e 1970, disputava com o Brasil os mercados próximos (Bolívia, Paraguai, Uruguai, etc.) nos setores de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, etc.) e tinha nascente indústria de bens de capital (motores e geradores elétricos, etc.), além de estatais importantes, como a YPF, uma das pioneiras em petróleo no continente, a siderurgia e até aviões militares, como o caça Pukará, da “Armamentos Argentinos”. Várias interrupções neoliberais no processo de industrialização e, sobretudo as últimas, no período Menen, provocaram desindustrialização por dois processos simultâneos: 1) dolarização da economia que facilitou importações e dificultou exportações, fragilizando a economia nacional e 2) privatização selvagem, que entregou às multinacionais até empresas ligadas à segurança nacional, como a YPF (Repsol), a Aerolíneas Argentinas (Iberia inicialmente), serviços postais, etc, no caso mais extremo de privatização e desnacionalização na América Latina (A. Boron, J. Gambina e N. Minsburg: Tiempos violentos: neoliberalismo,

globalización y desigualdad en America Latina). Recentemente a única empresa argentina (Perez Companc), que aparecia na lista das dez maiores empresas privadas latino-americanas, acima referida, perdeu esta condição, após vender parte do seu patrimônio à Petrobrás.

O estrangulamento da economia produtiva argentina pelo processo de financeirização foi de grande brutalidade. No setor industrial, sabidamente, a crise é muito antiga, como mostram os dados do setor têxtil, que registraram em fios de algodão totais de 89 mil toneladas produzidas em 1974, com insignificante avanço até 105 mil em 1990 e declínio para 86 mil em 2000. Aliás, na fase final do neoliberalismo, de 1995 a 2001, o conjunto da produção industrial não só não cresceu, como registrou queda de 2,2%. Mesmo a produção agropecuária sofreu estagnação ou decréscimo de 1990 a 2000 na produção de lã, no rebanho bovino, na vinicultura, etc, apresentando bons resultados quase exclusivamente em soja e milho, cultivos que desbravaram terras novas no norte da Argentina. A decadência econômica sob o neoliberalismo aumentou a população pobre e miserável para 38,0% do total em 2001 e para 57,5% em 2002. Inacreditável.

Depois de ter feito rigorosa e infantilmente “as lições de casa” impostas pelo FMI e bloqueada por endividamento insuportável, a Argentina acabou quebrando, após queda de 4,5% do PIB em 2001 e nova queda de 12% em 2002. Aí começou a acontecer o que pela cartilha neoliberal seria “inesperado”: a Argentina voltou a crescer, como não acontecia há muito tempo: 8,4% em 2003, 8,9% em 2004 e 8,0% em 2005, conforme previsões conservadoras. Quais as fontes deste crescimento surpreendente?

Na verdade, são três processos paralelos de recuperação econômica: 1) em decorrência da forte desvalorização do peso argentino frente ao dólar, as importações foram penalizadas, pois ficaram muito mais caras, enquanto as exportações foram favorecidas, o que levou ao aumento da produção pelos dois lados: produtos industriais antes importados (pisos cerâmicos, por exemplo), passaram a ser produzidos internamente, enquanto produtos agrícolas exportados (soja, por exemplo), ficaram mais baratos e tiveram a produção aumentada, 2) o governo argentino, depois de suspender o pagamento dos juros da dívida pública, teve recursos para pagar salários-desemprego de US\$ 100 para mais de dois milhões de pais de família, com a contrapartida da prestação de serviços, em gigantesca operação keynesiana, o que estimulou o consumo e conseqüentemente a produção, 3) com a desvalorização do peso argentino, uma parcela da classe média que havia guardado em casa suas economias em dólares, foi favorecida com o barateamento dos custos da construção civil frente aos seus recursos financeiros valorizados e assim aplicou maciçamente em novos imóveis. Por isto, diante do crescimento econômico de 8,4% em 2003, o aumento da produção industrial foi de 16,3% e o da construção civil saltou para 37,6%. O fato é que em termos reais o PIB argentino cresceu de 28% nos últimos três anos, puxado sobretudo pelos 50% de crescimento industrial. Diante da retomada da economia, o desemprego que havia atingido 18,2% em 2001, começou a cair e já era de 12,0% em 2004.

A retomada econômica da Venezuela foi menos complicada, apesar de mais tensa politicamente, por ter exigido o restabelecimento do caráter público da PVDSA, controlada até 2003 pelo imperialismo e seus sócios internos, proprietária de gigantesca riqueza natural, hoje a serviço da nação e do povo venezuelano. Na Argentina, de complexidade econômica e política maior e também mais destruída, a obra de recuperação é mais difícil, menos espetacular, mas igualmente admirável.

Em 2002, com as tensões sociais e políticas maiores (piqueteiros, etc), o governo Bush ordenou ao FMI adotar uma posição cautelosa e flexível na cobrança dos débitos, permitindo uma carência de um ano ao governo argentino voltar a honrar as dívidas junto ao Fundo. Os pagamentos se restabeleceram em 6/2003, tendo alcançado US\$ 13,2 bilhões até 7/2005, tornando o governo um interlocutor mais independente, até por que conseguiu elevar suas

reservas para US\$ 25,5 bilhões em 8/2005. Este alívio frente ao estrangulamento financeiro foi conseguido graças à retomada do crescimento econômico e à vitória na questão da moratória de US\$ 81,8 bilhões (3/2005), aceita por 76% dos credores privados, sobretudo europeus, apesar da má vontade do FMI. Assim sendo, o governo argentino conseguiu: 1) diminuir o total da dívida pública de 123% do PIB para 84% 2) alongar o prazo médio de vencimento para 30 anos, enquanto a dívida brasileira tem vencimento médio de 10 anos, 3) tornar menos escorchantes o acesso das empresas e do governo aos financiamentos externos.

O governo de N. Kirchner passou a defender mais firmemente os interesses nacionais e populares: 1) a política de câmbio mantém o dólar em patamar suficiente para desestimular importações e estimular as exportações, o que o Brasil não tem feito, 2) obrigatoriedade de permanência dos ingressos estrangeiros na bolsa de Buenos Aires em prazos mais prolongados, aproveitando a experiência chilena, 3) cobrança de impostos sobre exportações agrícolas, que chega a 23,5% para a soja, semelhante ao antigo confisco cambial do café no Brasil, com o objetivo de criar superávit fiscal, 4) congelamento das tarifas dos serviços públicos privatizados (Suez, Telefónica, AES, etc), que tem levado várias multinacionais à contestação judicial junto ao Banco Mundial, 5) recriação de empresas estatais, como a ENERSA no setor energético, e acordo recente com a PVDSA, visando operar em conjunto 130 postos de combustíveis e 6) restabelecimento da dignidade política, com a crescente condenação da ditadura militar (1976-1983), fortemente anti-popular e pró-imperialista, como também está ocorrendo no Chile.

9

A Argentina e a Venezuela e seus dirigentes provaram nos últimos anos a possibilidade de defesa dos interesses nacionais e populares. O imperialismo tem medo que estes exemplos “contaminem” seus vizinhos latino-americanos, pois de fins de 2005 ao final de 2006 ocorrerão sete eleições presidenciais perigosas para os EUA, que tratam de se precaver: 1) mudando a lei eleitoral para permitir a reeleição, no caso da Colômbia (Uribe), como anteriormente conseguiu impor em outros países (Menen, FHC, etc.) e 2) reforçando a presença de seus agentes secretos (CIA e FBI) de maneira descomunal, sobretudo em sua embaixada em Bogotá e implantando base militar no Paraguai, que está em andamento, mesmo sem autorização.

Os exemplos da Argentina (moratória da dívida) e da Venezuela (apropriação dos recursos naturais) poderão influenciar as eleições acima referidas. No caso dos países andinos (Bolívia, Equador e Peru) a questão dos recursos naturais (petróleo, gás, água, minérios), que pode ajudar a remediar a pobreza e a miséria aumentadas durante o neoliberalismo, se coloca de maneira crucial. Os EUA estão mais tranquilos com relação a grande região que lhe vizinha, que vai do México à América Central.

10

Nos anos 1980 os EUA passaram a adotar agressiva política de restabelecimento de sua hegemonia mundial posta em dúvida pela guerra do Vietnã, pelo dinamismo econômico do Japão e da Alemanha e pela existência de uma superpotência militar adversária, a URSS. Assim durante o governo Reagan (1980-1988), os EUA 1) intensificaram a corrida armamentista, como política keynesiana de alavancagem econômica e como intimidação à URSS, 2) estabeleceram barreiras protecionistas (quotas de importação) e financiamentos à reestruturação industrial, copiando o toyotismo japonês, 3) desregularam, à maneira neoliberal, as relações de trabalho e 4) forçaram,

no caso latino-americano, a cobrança da dívida externa, a abertura comercial e financeira, impondo assim o neoliberalismo de exportação.

No México, desde o final dos anos 1970, os EUA estimularam a instalação de suas plantas industriais de uso intensivo de mão-de-obra, preferindo a região da fronteira, dando origem gradativamente às “maquiladoras”, que foram se multiplicando, pois a diferença de salários, que era de 3,4 vezes em 1985 passou a 4,9 vezes em 1997 (A. E. Ceceña: Modernización neoliberal en México). Neste processo, o norte do país foi sendo gradativamente incorporado ao território dos EUA, por autopistas e ferrovias adquiridas por capitais norte-americanos e tendo fracas vinculações com o sul do México.

O neoliberalismo do período C. Salinas de Gortari (1988-1994), seguindo a cartilha dos FMI, 1) desencadeou privatizações, que não cessaram até hoje (a previsão de venda da Aeroméxico e da Mexicana está anunciada), inclusive da TELMEX (C. Slim), que opera telecomunicações em vários países latino-americanos, e até no Brasil e 2) aceitou a abertura comercial de fora para dentro, que levou à brutal crise financeira de 1995, acima referida, aumentando a fraqueza do país. Tal enfraquecimento permitiu aos EUA darem início ao NAFTA (1994), transformando o Canadá e o México em províncias externas, como partes ampliadas do território nacional. Aliás, o processo continua, estendendo-se à América Central, com a adoção do CAFTA.

No ano 2000, o PIB dos EUA correspondeu a 30,8% do mundo e a incorporação do Canadá (2,1%) e do México (1,6%) significou um aumento para 34,5%. As exportações mexicanas nos anos 80 cresceram rapidamente de US\$ 76,6 bilhões (1990) para US\$ 160,7 bilhões em 2002, dos quais 85% destinados aos EUA, o que mostra a força da vinculação e corresponde a 11,5% das importações norte-americanas (5,8% em 1994). Ora, além das “maquiladoras” no extremo norte, o México com o NAFTA passou a ser atrativo como acesso ao mercado norte-americano: 1) indústrias automobilísticas que se implantaram inicialmente para abastecer o mercado nacional, hoje exportam crescentemente para os EUA, como a Nissan e a Volkswagen (Jetta e New Beagle) e 2) empresas estrangeiras, como as brasileiras Randon, Marcopolo e WEG se instalam para explorar o mercado mexicano e o norte-americano. A atividade industrial acima referida, equivalente a um aumento de 35,1% de 1995 a 2003, foi uma das razões para a queda do desemprego para 2,2% em 2002 (3,9% em 2004), que também decorreu da emigração de milhões de mexicanos aos EUA, como válvula de escape ao mercado de trabalho de baixos salários.

A América Central também está sendo incorporada à economia dos EUA por crescentes encomendas e exportações de têxteis e confecções, aproveitando preços baixos da mão-de-obra em El Salvador (US\$ 5,16 a hora), Honduras (US\$ 3,24), Nicarágua (US\$ 2,31). Como não poderia ser diferente, a dolarização imposta a El Salvador (no Equador em 2000, já fracassou), está tornando seus custos proibitivos e levou a transferência de negócios à Nicarágua, cuja indústria têxtil cresceu mais de 20% em 2004, enquanto que El Salvador registrou diminuição de 3,0%. Esta integração em andamento fez com que no último ano os países da América Central começassem a aderir à proposta norte-americana do CAFTA.

Por outro lado, o “Plano Puebla-Panamá”, com financiamento do BID de US\$ 3,3 bilhões está criando do México ao Panamá um corredor de auto-estradas, um gasoduto, uma interconexão de eletricidade, além de desenvolvimento turístico. A integração econômica, geográfica e de infra-estruturas entre EUA, México e América Central está se acelerando, sem falar que os milhões de emigrantes mexicanos nos EUA e os centro-americanos nos EUA e México, remetem aos seus países de origem, com numerosa população pobre e miserável, bilhões de dólares por ano (os

hondurenhos, US\$ 700 milhões/ano). Assim sendo, no curto e no médio prazo, este parece ser o destino desta região latino-americana.

Cabe, portanto, voltar à análise da América do Sul e perguntar sobre seu possível destino. Creio que o futuro desta região se trava em três dimensões: 1) no que pode acontecer no interior de cada país, como tentamos discutir nos casos do Chile, Argentina e Venezuela e que se coloca agudamente para cada país andino, para o Brasil e outros, 2) no processo de integração sul-americana, que está na ordem do dia, mas altamente dependente do crescimento econômico do Brasil, bloqueado mesmo sob o governo Lula pela política de submissão ao FMI e 3) das relações internacionais, sobretudo com os EUA, União Européia (UE) e China.

No caso brasileiro é importante enfatizar o papel do pacto de poder ligado à revolução de 1930 (latifundiários e industriais vinculados ao mercado interno), como motor da industrialização, que contou com o apoio norte-americano na implantação das grandes estatais (CSN e CVRD) durante a Segunda Guerra Mundial e no financiamento do setor produtivo até 1980. No período 1930-1980 o crescimento brasileiro teve velocidade semelhante ao da URSS e do Japão, muito acima da média mundial, uma das razões para sermos vistos com tantas esperanças pelos intelectuais europeus que nos visitavam nos anos 1940 e 1950.

Construiu-se um edifício industrial completo, criou-se uma agropecuária competitiva mundialmente (soja, suco de laranja, carnes, etc.), além de um sistema educacional e técnico-científico avançado. Empresas como a Petrobrás (extração de petróleo em águas profundas), a Embraer (aviões de médio porte, com sucesso mundial), a WEG (multinacional em motores elétricos), entre outros exemplos, tornaram o Brasil uma pequena potência econômica. Mas o Brasil está cheio de problemas e nos cabe perguntar como estes cresceram e como enfrenta-los, em nosso benefício e da América do Sul.

A industrialização sem reforma agrária (via prussiana) criou um desemprego descomunal e o endividamento externo provocou grave estrangulamento do Estado brasileiro e da economia, provocando a crise dos anos 1980 e 1990, que evidenciou a força do imperialismo, que por conta da dívida brasileira, passou a impor as regras recessivas (juros altíssimos, etc.), agravadas pela contra-revolução de 1990 (Collor e FHC), que expulsou do poder os industriais nacionais. E evidenciou a incompetência de propostas dos economistas estruturalistas e monetaristas, que se juntaram desde o Plano Cruzado (Sarney), dando prioridade ao combate à inflação, também no desastroso Plano Real (FHC), de abertura comercial, câmbio supervalorizado e juros estratosféricos e que surpreendentemente continuam vigentes no governo Lula.

As infra-estruturas estranguladas (ferrovias, rodovias, metrô, saneamento básico, etc.), que continuam a provocar enormes prejuízos econômico-sociais e as capacidades ociosas em engenharia pesada (Odebrecht, Andrade Gutierrez, etc.), em mecânica pesada (locomotivas, geradores elétricos, etc.) são os dois pólos da estratégia da retomada do crescimento, que precisam ser acoplados por estimular o nascimento e funcionamento do capital financeiro nacional (I. Rangel: Economia: milagre e antimilagre).

É importante lembrar que nos anos 70, em plena ditadura militar, o Brasil começou a abrir os caminhos para o seu futuro, atualmente tão comprometido: 1) construiu uma indústria mecânica pesada (Villares, Bardella, GE, etc.) e iniciou investimentos em infra-estruturas (Ferrovia do Aço, metrô de São Paulo, etc.), depois bloqueadas pelo endividamento público, 2) começou a superar o modelo latino-americano de inserção internacional com um produto único primário de exportação para um mercado principal (EUA), que fazia com que a América Latina

fosse um grande arquipélago voltado para o exterior e sem vinculações internas, 3) diversificou as exportações, crescentemente industriais, inicialmente têxteis e calçados e depois produtos diversificados, como eletro-eletrônicos, auto-peças, aviões, armamentos, etc, que tornou o país um concorrente do centro do sistema capitalista, 4) diversificou o destino de produtos industriais e de serviços de engenharia pesada para toda a América latina, para a África Negra e aos países árabes.

A inserção comercial brasileira na América Latina, com exportações e importações crescentes foi estimulada pelo Mercosul, que tenta reviver as antigas propostas de integração (ABC de J. D. Peron, a ALALC, etc.), agora reforçada pela proposta de Comunidade Sul-Americana de Nações (2005). A integração está na ordem do dia, mas ela carece de gastos gigantescos, como a proposta da PDVSA de construção do gasoduto ligando os campos venezuelanos com o Brasil, cortando de norte a sul, e alcançando Buenos Aires e Montevideú. Assim também seria o caso da rede ferroviária brasileira, de retomada da Ferrovia do Aço, da construção da Ferrovia Norte-Sul e muitas outras, conectando com os sistemas ferroviários dos países vizinhos. Mas para isto o Brasil precisa seguir o exemplo da Venezuela e da Argentina e assumir uma política econômica nacionalista, começando por desatrelar o Banco Central do FMI, tarefa fundamental dos políticos e do povo brasileiro em 2006.

12

É curioso dizer aos que idolatram a “democracia”, que foi ainda nos anos 1970 que o Brasil reconheceu a República Popular da China e que foi durante o governo Figueiredo que assinamos com a China um acordo de cooperação técnico-científica, que resultou na vitoriosa experiência de construção e lançamento de satélites.

A recente visita de Hu Jintao à América Latina e que em Cuba deu oportunidade a uma “cúpula” reunindo Cuba, China, Vietnã, Coréia do Norte e Malásia, demonstra o grande interesse chinês por este continente. Acordos comerciais abrangem o cobre chileno, o petróleo do Equador, Venezuela, etc., a soja do Brasil e da Argentina, mas também joint-ventures para fabricação de computadores na Venezuela, etc. Como os EUA e a UE continuam insistindo em vantagens unilaterais (os subsídios norte-americanos à soja, ao algodão, etc., deverão ultrapassar os US\$ 22,9 bilhões em 2005), a crescente presença chinesa na América Latina nos poderá ser vantajosa: 1) em vista do aumento do poderio financeiro da China, que deverá ser maior ainda com a futura conversibilidade de sua moeda, o que nunca aconteceu com o rublo soviético, 2) pelo aumento das encomendas chinesas de commodities latino-americanas, bem como joint-ventures, melhorando nossa posição comercial frente ao centro do sistema capitalista, e 3) pela tendência à diminuição do poder político-econômico dos EUA e da UE em relação ao nosso continente, à medida em que aumentar o poder gravitacional da China à escala mundial.